

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº  
1.218.351 - SP (2017/0314813-4)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA**  
**AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADOS : ANDRÉ DE SOUZA SILVA - SP235952**  
**PAULO DÓRON REHDER DE ARAÚJO - SP246516**  
**CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR E OUTRO(S) -**  
**SP247319**  
**PEDRO HENRIQUE DE ARAÚJO - SP312561**  
**AGRAVADO : PROLEITTE INDUSTRIA DE ALIMENTOS LTDA - ME**  
**ADVOGADO : MARIA MARTHA VIANA - SP074507**

## DESPACHO

Trata-se de agravo interno, interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A., contra decisão que negou seguimento a recurso extraordinário manejado em face de acórdão da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça.

Em suas alegações, a parte verbera sua oposição ao julgamento virtual da presente insurgência em razão da complexidade do caso, entendendo que apenas a assentada presencial garantiria o contraditório e a ampla defesa, inclusive com a apresentação de memoriais a serem despachados com os Ministros da Corte Especial.

É o relatório.

A sessão virtual de julgamento encontra-se devidamente regulamentada no Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nos termos dos artigos 184-A a 184-H, e a oposição das partes ao julgamento virtual tem expressa previsão no art. 184-D, inciso II, do Regimento Interno desta Corte Superior, nos seguintes termos:

Art. 184-D. O relator no julgamento virtual incluirá os dados do processo na plataforma eletrônica do STJ com a indicação do Órgão Julgador, acompanhados do relatório e do voto do processo.

Parágrafo único. A pauta será publicada no Diário da Justiça eletrônico cinco dias úteis antes do início da sessão de julgamento virtual, prazo no qual:

I - é facultado aos integrantes do Órgão Julgador expressar a não concordância com o julgamento virtual;

**II - as partes, por meio de advogado devidamente constituído, bem como o Ministério Público e os defensores públicos poderão apresentar memoriais e, de forma fundamentada, manifestar oposição ao julgamento virtual ou solicitar sustentação oral, observado o disposto no art. 159.**

Ao que se tem, os argumentos lançados pela parte para motivar sua oposição se confundem com as razões do próprio agravo interno.

O julgamento virtual, como cediço, não importa em violação qualquer aos princípios do contraditório ou da ampla defesa, até porque o agravo interno não admite sustentação oral - *vide* artigo 159, inciso IV, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse contexto, não há razão que justifique o afastamento do julgamento

# *Superior Tribunal de Justiça*

virtual na espécie, porquanto terá a parte toda a oportunidade de apresentar os memoriais que julgar necessários e, ainda, marcar audiências com os Ministros.

Ante o exposto, **indefiro** o pedido de realização de julgamento presencial.

Publique-se.

Intime-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra Maria Thereza de Assis Moura  
Vice-Presidente

